



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

**Divisão Académica**

***Licenciatura  
2015-2016***

**JUSTIÇA CONSTITUCIONAL  
(4.º ANO-NOITE)**

REGENTE:

**ALEXANDRE SOUSA PINHEIRO**

Programa

Capítulo I

Sistema de actos normativos

A Constituição e actos normativos.

A tipicidade dos actos legislativos.

Regras de competência sobre a elaboração de actos normativos.

Reservas de competência legislativa. Os actos de valor reforçado: critérios constitucionais.

Capítulo II

A fiscalização da constitucionalidade e da legalidade no Direito português

A origem da fiscalização da constitucionalidade em Portugal: a Constituição de 1911.

A fiscalização da constitucionalidade no âmbito da Constituição de 1933.

O sistema de fiscalização no texto inicial da Constituição

A fiscalização da constitucionalidade na revisão constitucional de 1982 e o Tribunal Constitucional

A fiscalização da constitucionalidade e da legalidade nas revisões de 1989, 1997 e 2004.

Capítulo III

O controlo da constitucionalidade e da legalidade.

Actos sujeitos a fiscalização da constitucionalidade: art.º 277.º, n.º 1 da Constituição

Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal e orgânica

Fiscalização da constitucionalidade e actos políticos

Fiscalização da constitucionalidade e actos privados



## **Divisão Académica**

Fiscalização da constitucionalidade e actos concretos

Fiscalização da constitucionalidade e actos jurisdicionais

A fiscalização da legalidade das leis.

A lei reforçada como padrão da fiscalização da legalidade das leis.

### Capítulo IV

#### As decisões dos tribunais

As decisões em fiscalização concreta

A decisão de inconstitucionalidade em fiscalização abstracta

A decisão de ilegalidade em fiscalização abstracta

Natureza da declaração de inconstitucionalidade

O caso julgado.

A decisão de não inconstitucionalidade em fiscalização abstracta

A interpretação conforme com a Constituição e as decisões interpretativas

As decisões limitativas As decisões aditivas

### Capítulo V

#### Desvalores do acto inconstitucional

### Capítulo VI

#### A fiscalização da constitucionalidade em Direito comparado

### Capítulo VII

#### A fiscalização preventiva da constitucionalidade

Actos passíveis de fiscalização preventiva

Fiscalização preventiva imperativa

Pressupostos processuais

A legitimidade processual activa.

Pressupostos do controlo.

Prazos em fiscalização preventiva.

Efeitos da pronúncia do Tribunal Constitucional

A fiscalização preventiva da constitucionalidade no contexto do sistema de governo



## **Divisão Académica**

### Capítulo VIII

#### A fiscalização sucessiva abstracta da constitucionalidade e da legalidade

Actos passíveis de fiscalização sucessiva abstracta da constitucionalidade

Actos passíveis de fiscalização sucessiva abstracta da legalidade

O princípio do pedido

Pressupostos processuais

Pressupostos subjectivos

Legitimidade processual activa.

A passagem da fiscalização concreta à fiscalização abstracta

Efeitos da declaração de inconstitucionalidade

Retroactividade da declaração e repristinação

A ressalva dos casos julgados e de outras situações consolidadas

A ressalva dos casos julgados e o tratamento mais favorável em Direito Penal

A restrição dos efeitos da inconstitucionalidade

Limites à restrição dos efeitos da inconstitucionalidade.

### Capítulo IX

#### A fiscalização concreta da constitucionalidade

A apreciação da inconstitucionalidade pelos tribunais em geral

Apreciação oficiosa pelo juiz

Decisões recorríveis para o Tribunal Constitucional

Objeto do recurso

Interposição dos recursos

Legitimidade para recorrer

Os casos de recurso obrigatório para o Ministério Público

A admissão dos recursos

Tramitação dos recursos

A intervenção das secções e do plenário

Alcance da decisão do Tribunal Constitucional

### Capítulo X

#### A fiscalização da inconstitucionalidade por omissão

O regime do artigo 283.º



## Divisão Académica

### Bibliografia

- ANDRÉ SALGADO DE MATOS – A fiscalização administrativa da constitucionalidade, Coimbra, 2004.
- CARLOS BLANCO DE MORAIS – Justiça Constitucional, 2 vols., 2ª ed., Coimbra, 2006 e 2011.
- CARLOS LOPES DO REGO – os recursos de fiscalização concreta na Lei e na Jurisprudência do Tribunal Constitucional, Coimbra, 2010.
- GOMES CANOTILHO – Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 7ª ed., Coimbra, 2004.
- GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA – Constituição da República Portuguesa Anotada, II, 4ª ed., Coimbra, 2010.
- GUILHERME da FONSECA e INÊS DOMINGUES - Breviário de Direito processual Constitucional, Coimbra, 2002.
- JORGE MIRANDA - Manual de Direito Constitucional, VI, Coimbra, 2013.
- JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS – Constituição Portuguesa Anotada, III, Coimbra, 2007.
- JORGE PEREIRA DA SILVA – Dever de legislar e protecção jurisdicional contra omissões legislativas, Lisboa, 2003.
- MARCELO REBELO DE SOUSA – O valor jurídico do acto inconstitucional, I, Lisboa, 1988.
- Perspectivas da reforma da justiça constitucional em Portugal e no Brasil (coord. de Elival da Silva Ramos e Carlos Blanco de Moraes, Coimbra e São Paulo, 2012).
- RICARDO BRANCO – O efeito aditivo da declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral, Coimbra, 2009.
- RUI MEDEIROS – A decisão de inconstitucionalidade, Lisboa, 1999.
- VITALINO CANAS – Os processos de fiscalização da constitucionalidade e da legalidade pelo Tribunal Constitucional, Coimbra, 1986;
- Introdução às decisões de provimento do Tribunal Constitucional, 2ª ed., Lisboa, 1994.
- XXI Anos de Jurisprudência Constitucional Portuguesa, obra coletiva, Coimbra, 2009.
- AAVV “As Sentenças Intermédias da Justiça Constitucional”- Coord. Carlos Blanco de Moraes”, Lisboa, 2009,